

Quesnay + Murtinho = Pallocci?

Se o Dr. François Quesnay, pai da fisiocracia e médico de Luis XV, visitasse o cerrado brasileiro, com certeza diria que ali estava a prova de suas teses sobre a origem da riqueza: a pujança da agricultura e seu *produit net*.

Se outro ilustre antepassado, o Dr. Joaquim Murtinho, médico do marechal Deodoro da Fonseca e ministro da Fazenda de Campos Sales, conferisse os números da Receita Federal, diria que a atual política fiscal contractionista está dando continuidade ao que ele havia iniciado na crise de 1898. Talvez esses ilustres visitantes, em reunião com o atual ministro da Fazenda, encontrassem, no colega médico, a grande síntese.

A agricultura teria enchido os olhos do Dr. Quesnay, pois, só em uma década, a colheita de grãos dobrou, passando de 65 milhões de toneladas em 1993 para mais de 120 milhões em 2003. Salvação do PIB e esteio do saldo comercial! Sem o desempenho da agricultura, o píffio crescimento econômico, a partir de 2001, teria sido simplesmente desastroso. Aqui cabe um reconhecimento a nossos irmãos portugueses: se respeitassem Tordesilhas, mais da metade de nossa safra de soja estaria hoje em território argentino, paraguaio ou boliviano.

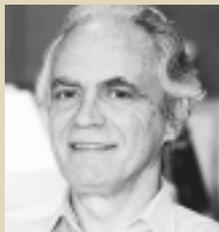
Essa notável expansão agrícola, baseada em grande medida no aumento da produtividade, teve reflexos em Cancún: norte-americanos e europeus foram inflexíveis, pois, se o

comércio internacional de grãos for realmente livre, com ou sem transgênicos, seremos páreo duro para qualquer um.

O ministro Pallocci, homem da chamada “paulifórnia”, com visão internacionalista como todo ex-trotskista, não se cansa de afirmar esse papel estratégico. Reconheceu também, com a objetividade de médico-chefe de UTI, que, se um devedor pretende pagar suas dívidas, não há outro remédio senão produzir superávites. Como a dívida do governo é pública – *cherchez le public!* – é o distinto público que deve pagá-la.

Uma das ferramentas mais eficazes para se fazer isso leva o maldito nome de imposto. Ao freqüentar as dependências da Receita, Dr. Murtinho estranharia o fato de não serem mais necessários selos para se cobrarem impostos. Genial, pois seu chefe e presidente deixaria de receber a alcunha de “Campos Selos” – maldade da oposição – e, além do mais, se faltassem estampilhas, nem por isso o Tesouro deixaria de receber a suada graninha.

A Internet resolve hoje o problema de forma silenciosa e rápida, embora o bater do teclado seja abafado pelo ranger de dentes dos contribuintes. O Dr. Quesnay e o Dr. Murtinho voltariam felizes para seus túmulos, certos de que o *produit net* da balança comercial (perdoando o ranço mercantilista) e o superávit primário nas contas públicas, mesmo sem os selos, garantiriam ao Brasil um futuro promissor.



Paulo H. Sandroni
FGV-EAESP